

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de . Alfredo Wagner Berno de Almeida (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 47min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO FORD e FUNDAÇÃO FORD. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Alfredo Wagner Berno de Almeida  
(depoimento, 2012)**

Rio de Janeiro

2019

### *Ficha Técnica*

**Tipo de entrevista:** Temática

**Entrevistador(es):** Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira;

**Levantamento de dados:** Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira;

**Pesquisa e elaboração do roteiro:** Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira;

**Técnico de gravação:** Bernardo de Paola Bortolotti Faria; Marco Dreer Buarque;

**Local:** Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

**Data:** 15/02/2012

**Duração:** 1h 47min

Arquivo digital - áudio: 2; Arquivo digital - vídeo: 2; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Memória de um Office na periferia: o Escritório da Fundação Ford no Brasil”, desenvolvido em convênio com a Fundação Ford, entre janeiro de 2011 e julho de 2012, com o objetivo de constituir um acervo de depoimentos histórico-documental sobre os 50 anos da atuação da Fundação Ford no Brasil e a posterior disponibilização dos depoimentos gravados na internet.

**Temas:** Amazônia; América do Sul; Anos 1970; Anos 1980; Antropologia; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Cartografia; Censos; Ciências Sociais; Conflitos sociais; Constituição federal (1988); Direitos civis; Direitos sociais; Ensino superior; Forças Armadas; Fronteira; Fundação Ford; Fundos de financiamento público; Homenagens e condecorações; Identidade; Identidade nacional; Índios; Informática; Instituições científicas; Maranhão; Mudança social; Peru; Pesquisa científica e tecnológica; Política científica e tecnológica; Pós - graduação; Propriedade de terra; Questão agrária; Relações internacionais; Sociedade civil; Terras indígenas; Violência;

## *Sumário*

Entrevista 15 de fevereiro de 2012: A escolha do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia para o Visionaries Award da Fundação Ford; o trabalho desenvolvido durante os anos 1970 e 1980; as pesquisas e viagens no Maranhão e a relação com Castro Faria e Moacir Palmeira; a tese de doutorado sobre conflitos sociais; o período como perito do Tribunal Permanente dos Povos; o trabalho de geo-referenciamento de informações de violência e assassinatos na região da Amazônia; a questão dos mapas como instrumento de poder e de identidade cultural; o laboratório ArcGIS e o contato dos alunos com funcionários de grandes mineradoras e empreendimentos no mercado de software privado; a contemplação de financiamento pelo Fundo da Amazônia do BNDES; a montagem de oito laboratórios na Amazônia e o apoio da Fundação Ford; as exposições sobre o que foi produzido no laboratório; o uso e as fragilidades do ArcGIS; questões do processo de construção de processos identitários nacionais; os movimentos de evanescência de categorias e instrumentos; as mudanças nas normas brasileiras e o caso do processo de reestruturação formal no mercado de terra; opinião positiva sobre a Constituição de outubro de 1988 na área de direitos; questões identitárias na construção de uma unidade social e o conflito entre essas unidades; o papel da cartografia social e da descrição etnográfica; as categorias censitárias no Brasil e no mundo; a importância da discussão sociológica dos conhecimentos tradicionais; o projeto de cartografia da Amazônia das Forças Armadas brasileira; o relacionamento com os outros países e universidades da América do Sul; o caso de desmatamento na fronteira com o Peru; a situação atual dos “índios isolados”; o projeto da Nova Cartografia Social e sua atuação; os povos de comunidades tradicionais; os integrantes do projeto e o financiamento da Fundação Ford; os cursos de especialização em universidades públicas; o projeto de consolidação dos cursos de pós-graduação pela Fundação Ford; o papel das ciências sociais na análise das mudanças na sociedade.

*Entrevista: 15/02/2012*

L.O. - Rio, 15 de fevereiro de 2012, nós estamos aqui com Alfredo Wagner no projeto Memória da Fundação Ford 50 Anos do Brasil. Alfredo, prazer em ter você aqui, talvez só para começar conversar você podia falar um pouco do impacto, da importância de você e seu projeto Nova Cartografia Social da Amazônia ter sido escolhido como um dos 12 projetos dos 75 anos da fundação, *Visionaries Award*, a importância disso.

A.W. - É, para nós a escolha foi muito honrosa, mas nós desde o início vimos com muito humor a ideia do visionário ou pelo menos aquilo que eu consigo imaginar que é traduzido para o português, porque as vezes eu sou extremamente falho no meu entendimento do inglês e não consigo entender o alcance desse visionário. Porque o que tem de visionário na nossa sociedade é algo que remete, as vezes um sonho irrealizado a um sonho que é projetado para o futuro, aquele que trabalho com o futuro. Mas eu considerar isso, eu também fiquei muito contente porque o nosso projeto, o projeto do qual eu faço parte, ele privilegia povos e comunidades tradicionais. E o tradicional desses povos e comunidades é um tradicional que ele está voltado para o futuro, ele não é o tradicional em termos de um desenvolvimento linear do tempo, de uma volta a um passado, de um costume ou de uma tradição, a diferença do Hobsbawn para Thompson, sobre costume e tradição. Ele não é uma volta, pelo contrário, ele é um entendimento que, no presente, esses povos e comunidades têm em lidando com os recursos naturais sobre a sua reprodução física, sua reprodução cultural e o seu futuro. Então o tempo que está em jogo, nesse sentido o visionário encaixou muito bem na parte conceitual do projeto. Essa discussão do que é o presente, que também na filosofia também tem o Giorgio Agamben, o que é o contemporâneo. Ou tem lá no Norbert Elias a ideia do tempo. Quer dizer, então esse visionário nos devolve uma ideia do tempo. Nesse sentido nos sentimos curiosamente e de uma maneira bem humorada em relação ao termo, mas nos sentimos nisso também, nesse sentido foi honra ter recebido esse premio. Por um outro lado é um tipo de reconhecimento que nos deixou assim de uma forma muito... por um tema que é muito caro a ciências sociais hoje, inclusive na antropologia. O último número do *Current Anthropology* ele diz respeito à antropologia engajada. É um termo que para nós, o engajamento, era um termo de antes de 64, esse termo estava no léxico dessa forma política. E agora ele se apresentou para nós de uma outra com esse premio. Nós aparecemos na Folha de Ciência da Folha de São Paulo. E nosso projeto era visto como um projeto de antropólogos militantes, antropólogos ativistas,

antropólogos engajados. E eu sempre tentando chamar atenção que nós sempre entramos com a nossa competência e o nosso saber. Nós nunca esposamos o denunciismo, o militantismo ou ativismo, nós entramos sempre com os critérios de competência e saber para produzir o que nós vimos produzindo. Então nesse sentido, depois que nós saímos na Folha de Ciência de um periódico nacional, nós passamos a ser encarados como projeto científico, com o reconhecimento das agências científicas. Eu posso talvez, não vou cometer nenhuma indelicadeza de enumerar as que nos convidaram, mas são convites sucessivos, então passamos a categoria de projeto científico.

L.O. - Mas você acha que o prêmio da Ford ajudou esse reconhecimento?

A.W. - Seguramente. Ele nos devolveu ao senso comum *savant* que antes nos via como militante, agora passa a nos ver como científico. Então houve uma mudança na categorização, na classificação do projeto. É engraçado que isso paralelo ao critério de consagração e legitimação da [extensa]\*<sup>1</sup> universitária. É uma folha de jornal, uma coluna, que é uma coluna chamada de Ciência, publicada em um lugar onde se publicam supostamente coisas de excelência que impõe ao senso comum *savant* uma ideia de cientificidade. Então para nós, esse movimento de passar de conhecimento militante para conhecimento científico, ele se deu nesse senso comum, não da nossa própria visão que já vínhamos praticando... quer dizer, em instâncias universitárias, com estudantes universitários, com uma linha de demarcação muito rígida com respeito a instâncias que apoiam, nós nos relacionamos com os movimentos dentro de uma ideia de relação de pesquisa, relação de entrevista, relação de pesquisa, nós trabalhamos com ribeirinhos, trabalhamos com quilombolas, com indígenas, com peconheiros, quebradeira de coco babaçu, castanheiros, seringueiros, pescadores, nós trabalhamos com esses grupos todos e bastante mais, hoje eles fazem mais de duas centenas, as categorizações com as quais nós trabalhamos, que é interpretado também, já tem uma interpretação... muita gente diz que isso é um fenômeno da dispersão, da atomização, que é o esvaziamento de uma ideia de classe, que é um esvaziamento do econômico. Nós recebemos uma crítica muito contundente em relação a isso, duas críticas: de um lado a crítica militante, do outro lado essa criticada dispersão, são duas críticas que incidem sobre o projeto e que nessa virada rótulo de visionários, em vez de nos trazer para utopia, nos trouxe para a ciência, em vez de nos trazer para esse conhecimento, digamos assim, não sei como poderíamos dizer exatamente, mas para esse conhecimento mais banal, mais corriqueiro, não, ele nos devolveu uma condição de cientificidade que está no fundamento do projeto.

L.O. - Alfredo, me diga uma coisa, a gente aqui, memória é trabalhar com o tempo, história, e você fez pesquisas na Amazônia em 1972, Altamira, Santarém e Maranhão, participando... outro tipo de pesquisa porque você estava participando de pesquisa em conflitos agrários, violência, formas de mobilização nesse território aqui. A partir disso, quer dizer, você também trabalhou no Maranhão em 85 sobre as comunidades negras. Você não quer falar um pouco de uma origem sua, de um tipo de trabalho que você desenvolveu em 70 e poucos e em 80, antes da gente chegar no hoje?

A.W. - Em 1972 eu me beneficieei de uma participação de campo, comecei a minha vida profissional, tinha feito prova para o mestrado no museu e me beneficieei de uma situação de campo, fui indicado pela Lígia Sigor, ela me indica para trabalhar em um projeto de pesquisa que era desenvolvido por duas mestrandas do Museu Nacional, Laís Mourão e Regina Prado, no Maranhão. E havia um imposto de trabalho, e nos apresentamos três, o João Pacheco de Oliveira, Terri Valle de Aquino e eu. Em vez de deixarmos a um, resolvemos pegar os três um posto e aquilo que seria para um, dividimos em três e assumimos os três o posto. Então me beneficieei muito, primeiro do convívio desses colegas e ter começado de uma experiência de campo, me ajudou muitíssimo, porque se tinha uma casa no campo, se trabalhava nos povoados, então eu me beneficieei demais, o meu aprendizado de pesquisador passou muito pelo convívio com os meus colegas. Eu aprendi muito com os meus colegas.

H.A - Mas o que era exatamente essa pesquisa?

A.W. - Essa pesquisa era uma pesquisa de avaliação de uma ação religiosa, de uma missão canadense na região da baixada do Maranhão, numa região da baixada oriental do Maranhão. Então para nós foi um trabalho desde o início... se morava em terras chamada Terras de Santo, dentro dos povoados, numa casa como a dos demais moradores do povoado, então se tinha condição... Eu fiquei sozinho no povoado, de Beira Campo, que então se chamava de “terra de pretos”, era a designação, era uma comunidade negra rural, como eles diziam, em 72. Eu fiquei ali morando com a família um longo tempo e voltei por dez anos consecutivos. Então foi um aprendizado muito grande, com entrevista e tal. Isso foi importante. Foi um início muito importante. Simultaneamente a esse trabalho de campo eu me beneficieei também de um convívio muito direto, e você é testemunha disso, com o professor Castro Faria, com quem eu trabalhei, de quem eu fui assistente por mais dez anos e fiquei com ele até os últimos dias dele, trabalhando com ele. O último curso ainda lecionei com ele, eu vinha da Amazônia e acompanhava com ele, onde também eu aprendi muito. Quer dizer, me considero um estudante

que aprendeu muita coisa com os colegas e com os professores. Então isso me facilitou, me facilitou o ingresso no campo. Eu pensei logo, quando foi em 1974, 75, que abriu esse edital da Fundação Ford, eu me apresentei, me candidatei com o projeto sobre o deslocamento dos peões, aqueles trabalhadores imobilizados do Maranhão, no sentido do Pará, rumo ao Pará. Aí viajei com eles muito tempo, foi um período longo de viagens para lugares para fazendas onde eles eram mobilizados. Eu consegui fazer um trabalho bastante contundente, bastante vivo e consegui montar relações, rede de pesquisa, consegui já montar pequenas... sempre me beneficiando desse convívio desses colegas, isso foi sempre fundamental para mim, e das orientações também. No mestrado fui orientado pelo Moacir Palmeira, Octávio Velho também teve uma participação muito boa, depois pelo Castro Faria pelo doutorado e adiante. Quer dizer, para mim foi um período que me beneficiei muitíssimo das experiências. Esse trabalho em Altamira foi com o Mata, também foi uma experiência boa também. Então eu tive oportunidade de conviver com bons pesquisadores, que me passaram o meu aprendizado. Eu era muito limitado. Tinha feito a minha graduação, mas era extremamente limitado, não era assim... sou esforçado, não sou muito brilhante, sou esforçado, faço as coisas disciplinadamente, entende, tinha minhas limitações e fui aprendendo com essas pessoas o trabalho também. E quando eu fui para esse trabalho, eu tinha saído da prisão dois meses antes, eu tinha ficado na prisão desde 1970, eu estava detido. Então fui processado três vezes e fui detido, fui absolvido, mas fiquei preso. Uma situação...

H.A - Aqui no Rio?

A.W. - Fiquei preso aqui no Rio, fiquei preso de 70 a 72 e quando eu saí eu fiz a prova para o museu, fui aprovado e fui para esse trabalho de campo. Quando eu fui julgado pelo Supremo, no segundo recurso, eu estava em campo, eu ouvi pelo rádio meu julgamento, pela Voz do Brasil. Uma coisa assim bem marcada. As minhas limitações eram muito claras, eu estava vindo, não tive... meus colegas fizeram os cursos normais, eu tive interrupções no curso, eu tive interrupção muito longa, muito demorada, está entendendo, então isso me desorganizou um pouco também. Tinha muitos livros que eu não tinha a menor ideia, eu tive que fazer um esforço muitíssimo grande para ler. Meus colegas me ajudaram muito me sugerindo leituras e leia isso, leia aquilo. Me beneficiei demais dos colegas e dos professores. Isso foi marca forte.

L.O. - Aí você trabalha nesse mestrado no museu e quando você vai para o Maranhão em 85, é continuação do projeto de 72 ou outra coisa?

A.W. - É, de certa maneira é uma continuação. Porque eu acabei não fazendo... Por uma divisão muito forte entre o que era esse trabalho de campo e o que era um trabalho mais... Eu não defendi a minha dissertação nessa área, eu fiz uma dissertação sobre pensamento social brasileiro, eu fiz uma dissertação sobre Jorge Amado.

L.O. - Aí já era a presença do Castro Faria?

A.W. - É. E Moacir Palmeira, sem dúvida os dois. Então aí eu escolhi outra área. Então quando eu vinha para cá, eu trabalhava com pensamento social brasileiro, mas eu fui ficando... As minhas residências aqui se tornaram cada vez mais efêmeras, então eu me deslocando. Fiquei bastante tempo, em 78, por exemplo, eu estava com o João no Amazonas, estávamos pesquisando no Arquivo Público, passei seis meses pesquisando lá. Antes eu tinha pesquisado em Santarém, em Altamira. Então, quer dizer, foram deslocamentos que eu fui ficando na região.

L.O. - O campo foi tomando conta de você.

A.W. - Foi tomando conta. Aquilo que seria... virou uma maneira de viver, eu fui me sentindo cada vez mais fascinado por essa possibilidade. Tanto que eu relutei um pouco, até com relação a minha tese eu relutei um pouco se valia a pena até fazer em certo momento, para tristeza dos meus orientadores, “poxa...”, até o Castro: “não...”, mas eu achei que era uma coisa que estava ficando menor, foi ficando menor pela dimensão que o trabalho ia assumindo e das possibilidades de você pensar teoricamente. Essa questão do tempo foi uma delas.

L.O. - A tese de doutorado foi o que?

A.W. - Foram conflitos, eu peguei a lógica dos conflitos, por parte das agências confessionais, por parte do Estado e por parte das associações voluntárias da sociedade civil, como ONGs e outras. Como essas forças iam vendo os movimentos. Então você tinha quatro modalidades de interpretação desses conflitos e como eles foram passando.

L.O. - E isso tem a ver com esse projeto que você fez no Maranhão de 85?

A.W. - A tese sim, mas eu me dirigi para outro... Quando foi em 88, pela primeira vez eu fui convidado para ser perito do Tribunal Permanente dos Povos, Tribunal Bertrand Russell, que tinha sessões em Paris e depois tinha na Itália com a Fundação Lelio Basso, aí me tornei perito também, e contra o governo brasileiro que na época era o governo Collor, e foi um período de alguns massacres. Então foi uma discussão; nós fomos derrotados no tribunal, mas nas sessões do tribunal prevaleceu o ponto de vista de que não se tratava de genocídio, mas do nosso ponto de vista havia uma discussão muito forte sobre o sentido. Eu cheguei a produzir, foi o primeiro



trabalho que eu produzi, eu pensei uma modalidade de representação da violência através de uma representação cartográfica, foi o primeiro trabalho foi guia dos mapas, foi a primeira edição foi 92, 93 e a segunda 94. Então esse trabalho de certa forma foi determinante porque nós conseguimos colocar as informações, um geo-referenciamento de informações de violência e assassinatos, nós conseguimos colocar isso em base cartográfica na Amazônia inteira. Então redefinimos um pouco a ideia... nós fomos um pouco precoce nessa forma de apresentar o conflito social como elemento cartografável do ponto de vista da organização do espaço físico, de trazer isso para organização do espaço físico, de combinar essas dimensões. Então foi um trabalho que exigiu muitíssimo fôlego, mas veio de certa forma dessa relação com agências multilaterais. Em primeiro lugar os relatórios que nós tínhamos produzido em 85 no Mirad, eles foram utilizados na reunião da Organização das Nações Unidas, eles foram incorporados. Depois foram incorporados pelo Tribunal Permanente dos Povos, depois foram incorporados pela Corte Interamericana da OEA, então foi tendo uma dimensão que nós não imaginávamos também. E aqui nunca vi um reconhecimento pleno. Pelo contrário. Inclusive ainda hoje, por exemplo, uma coisa engraçada, estou respondendo a um IPM, *hoje*.

H.A - Hoje?

A.W. - É, esse mês eu fiz um depoimento, para você ter ideia, face a esse tipo de conflito, porque tem agências que não concordam. Então, para mim é como se seguissemos... Eu vejo uma linha de continuidade, mas as discontinuidades certamente são maiores.

L.O. - Pegando uma brecha no que você está nos apresentando, quer dizer, é interessante, eu que cheguei nessa conversa recentemente, embora eu me interesse muito por isso, porque de alguma forma a ideia de mapeamento, de cartografia, dessa coisa da geografia, para a nossa geração era visto, no mínimo como uma coisa de direita. Houve um tempo que a gente, de alguma forma, [admitiu-se]\*<sup>2</sup> como se a geografia que trabalho com espaço é uma coisa fixa no tempo e a história sim, trabalha com a mudança, com o novo, então tinha embutido, não explicitamente, mas implicitamente que uma disciplina estava comprometida com a estabilidade, com o passado e a outra com futuro. Quando você fala em geografia, cartografia, mapeamento, você está lidando com uma coisa que foi e é central aos estados nacionais. O estado trabalho até atrelado a própria noção de soberania, domínio sobre um território. O mapa, o mapeamento, a cartografia faz parte deste conjunto. E é interessante porque aqui você tem... quer dizer, tem uma coisa que eu até ia te perguntar, houve uma desconstrução da antiga geografia, a construção de uma nova geografia, nesse tempo, que talvez tenha permitido vamos

dizer assim, essa junção que você, esse projeto faz. Talvez a geografia antiga seria mais difícil. Um pouco do que você... ajudasse a gente a pensar um pouco sobre isso e entender melhor.  
22.04

A.W. - Acho que você foi de uma acuidade muito grande, porque se pegar aquele texto do Renan, *O que é a nação*, o que você está falando está muito claro. E nós também começamos dessa leitura, começamos de uma certa crítica. Também o Benedict Anderson, *Comunidades imaginadas*, ele tem um capítulo que ele fala que o censo, o mapa e o museu, eles constituem o elemento de construção dessa ideia, inclusive dessa identidade nacional. Então do nosso ponto de vista dialogar com isso foi desde o início, e você pontuou muito bem, foi uma dificuldade também. Porque o nosso trabalho não é um trabalho de geógrafos, em primeiro lugar, a nossa cartografia não era dos cartógrafos. Inclusive na ironia do [Bosch]\*<sup>3</sup> [inaudível], da relação um por um, não era isso, e nós ficamos então numa situação... e não era a ideia de cartografia de Deleuze. Então nós não estávamos afinados nem com o empirismo absoluto, nem com uma relação do imaginário como elemento representativo de espaços, nem com essa visão intermediária que tinha marcado, nós ficamos. Primeiro, o mapa era instrumento do poder, nós tínhamos lido isso no Foucault, o mapa era instrumento de poder. Quem mapeia controla o outro. E com isso nós começamos a pensar... tanto que esse projeto, eu acho que de 2004 a 2007, ele vai ainda muito inspirado na experiência do guerra dos mapas que pegou a região de Carajás. Nós coletávamos as informações, discutíamos e nós organizávamos as informações. E nós não tínhamos o controle do softer que era a ONG que tinha, nesse período, a universidade não tinha controle do softer, a ONG tinha o controle do softer. Os movimentos informavam, a gente anotava e pegávamos os grandes movimentos. A partir de 2007 nós provocamos um deslocamento. Nós pensamos em trabalhar mais com comunidades, nos apropriamos mais dos softers, não eu exatamente, porque eu acho que eu sou o pior do projeto, eu sou aluno dos meus alunos, com eles estou aprendendo bastante porque é uma riqueza bastante grande. Então o que ocorre é que agora nós facultamos as comunidades o acesso a elementos do softer, então facultamos as comunidades noções elementares do uso do GPS, e nós já passamos pelo menos por três, num up grade, tipos já de instrumentos de GPS nos tempos recentes. Então nós ministramos isso para os membros das comunidades. E não é uma ação sem sujeito. Cada fascículo ele tem o nome de todos que participam das oficinas, e não é também uma personificação do coletivo: classe operária, campesinato, não é isso, são aqueles que estão dizendo como eles se organizam a identidade coletiva que eles têm, “nos

consideramos pescadores, nos consideramos quebradores de coco babaçu, nos consideramos quilombolas.” Então trabalhamos assim. E às vezes, da mesma maneira, e aí o ponto que você tocou central, que a geografia, o mapa tinha uma fixidez, o mapa para nós é absolutamente situacional, como são as identidades. Um quilombola pode ser um indígena porque tem famílias que um filho é líder quilombola e o outro é líder indígena. Uma quebradeira de coco pode ser uma quilombola e pode funcionar por critério de gênero, mas, quer dizer, as identidades não são de um sentido unívoco e elas são transitivas, esse é outro problema, como são as territorialidades. Então nós trabalhamos um pouco com essa ideia de território que já vinha construída com esses autores. O Foucault trabalha com território e o território não é físico, ele não está ligado ao quadro natural, então esse trabalho todo da territorialização, eu também me beneficiei muito de um conceito do João Pacheco de processo de territorialização, que ele pega desde a sociedade colonial. Esse corte que você falou, Lucia, da história, João faz um trabalho magnífico sobre isso. Eu [inaudível] operacional bem menor, mas naquela interlocução. Eu falei assim, qual o produto desses processos de territorialização diferenciados? Que isso que marca essa segunda etapa do projeto. São territorialidades específicas que são construídas. Ou de um ângulo étnico, ou de um ângulo de autoconsciência cultural ou de um ângulo de nova forma organizativa, como o Hobsbawn fala, novos governos, nós construímos então a partir desses diferentes critérios. E mapas onde entra aquilo que o grupo considera relevante. Então é o grupo que vai para área, aqueles que participam. Marcam os pontos, anota o que é relevante, nos fornece e às vezes nós treinamos algum para ter controle do softer. Nós temos quatro quilombolas que são dois indígenas que são bons nisso, fora os graduandos que estão dentro do projeto. Isso tudo é controlado pelos graduandos, para você ter ideia. Nós não temos um pós-graduado que controla absolutamente todas as etapas do softer. Para você ter ideia e sem ter nenhuma visão ufanista de Brasil, mas que às vezes eu tenho medo que isso denote também um pouco, é o simulado que eu fiquei um pouco com medo desse prêmio, que me incomoda um pouco, de grande nação, grande país... Por exemplo, eu visitei laboratórios... eu sou convidado para ir a outros países, a outros lugares, eu visitei laboratórios em outros países, países na Europa, país aqui da América do Sul, onde o projeto hoje tem uma aceitação inimaginável, nas universidades, e também de outros continentes. E o que nós percebemos é que o momento que nós incorporamos as atualizações dos softwares foi mais rápido do que as universidades europeias. Então nós tivemos um laboratório, por exemplo, ArcGIS nós estamos

no dez, quando nós chegamos no dez, em outros países ainda estava no 9.3. Isso para mim já deu assim, eu fui percebendo diferenças.

H.A - Mas porque você acha que foi assim?

A.W. - Eu acho, por exemplo, países como a Itália, França, têm dificuldade de cooperação de nova tecnologia, desse domínio. Então os laboratórios, às vezes, têm um grau de atualização não tão rápida quanto a nossa. E outra coisa também é que nós privilegiamos, uma coisa que eu tenho feito... Por exemplo, como as empresas elas atualizam os seus quadros técnicos? Porque a gente muitas vezes não faz muito esses paralelos, tem alguns autores que até trabalhavam a carreira... Por exemplo, essas empresas, essas que estão envolvidas agora com mineração no Brasil, que são muitíssimas, elas criam cursos particulares, porque esse monopólio das imagens de satélite que custam uma fortuna e desses softers; nós entramos numa área, num mercado de bem simbólico q eu tem um controle muito grande sobre certos softers e sobre certos equipamentos. Então nós começamos a comprar esses equipamentos nessas empresas. Cotizando-nos, os pesquisadores cotizavam, cada um dava um tanto, comprava, aí nós começamos a entrar no cadastro das empresas. Essas empresas passam a nos informar quando são os cursos. Às vezes são cursos de uma semana que custam dez, quinze mil reais por aluno. Nós começamos a colocar nossos alunos aí e eles começaram a conviver com os funcionários de grandes mineradoras, de grandes empreendimentos ligados aos commodities agrícolas, de grandes empreendimentos que trabalham com ambientalismo empresarial da floresta em pé, os nossos alunos começaram a conviver, começaram a ver os padrões de trabalho também. Porque isso tudo é uma guerra, digamos assim, nesse sentido, é uma guerra de conhecimento, é uma guerra de... e num mercado que é super monopolizado. Você imagina o mercado desse softer, nós não conseguíamos sair de certos... se nós tivéssemos seguido só o softer livre, que a universidade recomenda, que o Brasil recomenda, nós estaríamos muito isolados. Então nós preferimos essa instância do softer, paga, mas com interlocução permanente, transformando aquilo que é privado numa possibilidade de uso público, que é o que nós estamos tentando fazer. Não sei se consegui passar uma pequena ideia...

H.A - Mas aí a verba para esses cursos... você falou que vocês se cotizavam, mas imagino que não para tudo, não é, aí entrava verbas...

A.W. - Tem sido assim, tem sido assim. Tem um grau... Por exemplo, as bolsas são divididas. Agora nós estamos com um projeto maior, inclusive... Por exemplo, uma bolsa, as nossas bolsas não são elevadas. Não sei se vocês leram os orçamentos. O máximo da nossa bolsa na Ford

agora é R\$2.400 eu acho, era o máximo. Isso porque a gente discutiu, porque antes era R\$1.600, eu acho, para vocês terem ideia. E às vezes ainda dividia. Porque nós acabamos criando uma rede de pessoas que começaram a se mobilizar, que envolve comunidades, representantes, hoje tem umas 13 ou 14 universidades que estão referidas com seis pesquisadores. Estamos em processo de consolidação de uma rede. E você tem razão, nós não temos financiamento específico, o governo brasileiro não pode financiar a compra desses softwares, se eles estão privilegiando o Linux, não pode privilegiar uma atualização, como fica isso? Agora, nós não podemos renunciar usar isso, isso é uma forma de conhecimento.

L.O. - Só uma curiosidade. Você está mostrando a capacidade, vamos dizer, de empresarial, que não é que é empresa, de empresariar coisas, empresariar essa experiência. E as universidades... Vocês estão dentro da universidade, mas não são da universidade, isso é fundamental, senão...

A.W. - Os outros todos são concursados, estão dentro das universidades.

L.O. - Porque a universidade de outro lado é uma coisa muito parada, muito...

A.W. - Você tem toda razão, a instituição é muito lenta, é lentíssima. Inclusive agora, não sei se vocês têm conhecimento, nós acabamos sendo contemplados com o Fundo da Amazônia do BNDES, não sei se vocês têm conhecimento disso.

H.A - Ah, tá. A gente sabe do Fundo da Amazônia, mas não sabia que vocês estavam...

A.W. - Nós fomos contemplados. É o primeiro projeto de universidade pública contemplado nessa lista. Então isso também nos propiciou agora... Por exemplo, eu estou vindo, não sei se tem algum semblante de felicidade que seja visível na minha expressão, mas eu estou vindo de uma situação que nós estamos com montagem de oito laboratórios na Amazônia, que nós conseguimos com essa possibilidade.

H.A - Com essa verba do Fundo Amazônia.

A.W. - Mas alavancado pela Fundação Ford, nesse sentido. A possibilidade que a Ford estendeu, as possibilidades, ao desenvolvimento do trabalho científico, foi essencial. Com a sensibilidade muito acurada que nós não percebemos às vezes... até o sistema de prestação de contas muito ágio, que às vezes numa agência de fomento oficial no Brasil, você levanta R\$10.000 e você gasta uma quantidade de tempo para burocratizar, para prestar... e as vezes lá você ganha, você pega dez vezes mais e num procedimento mais ágil. Apesar desse baixo grau de institucionalização num primeiro momento, nós estamos conseguindo... Agora, por exemplo, conseguimos colocar esses embriões de laboratório na Universidade Federal do Pará,

na universidade do estado do Maranhão, na Universidade Federal do Acre, na CPI, na Universidade Federal de Rondônia, na Universidade Federal de Roraima, que não teriam outras possibilidades de montar um embrião de laboratório *e com as licenças*, esse é outro problema. Porque essas empresas o que elas monopolizam é licença de isso dos softers, e nós conseguimos um número de licenças razoável com essa aquisição, com essa atualização, nós conseguimos 31 licenças, para você ter ideia. Então nós temos uma aparência de abundancia de recurso, quando não é verdade. Foi tudo fruto de uma negociação longa, demorada, que nós fomos marcando as importâncias de ter licença. E essas licenças nós estamos distribuindo para as próprias universidades públicas. Então nós nos valemos desses recursos, dos empreendimentos da gestão privada para fortalecer; é como se fosse uma tentativa de reinvenção do serviço público, de você trazer esses elementos para uma ideia do serviço público. Agora, é claro que os efeitos disso são por milímetros. Você não tem uma grande, não é uma coisa imediata, pelo contrário, as estruturas reagem muito.

L.O. - Sim, mas pelo que você está contando, interessante isso, vocês conseguiram apoio de uma agência do governo brasileiro, BNDES, esse contato é mais importante do que as agências locais, estaduais ou federais?

A.W. - Exato. Mas só conseguimos obter do BNDES com a alavancagem que a Fundação Ford propiciou.

H.A - Esse prêmio?

A.W. - Não o prêmio. O padrão de trabalho científico acumulado. Porque o premio nós doamos outra vez para a universidade, não foi apropriado individualmente, nós doamos outra vez para a universidade. Fizemos uma grande exposição aqui no Jardim Botânico. Não sei se vocês chegaram a ir. A gente pode mandar para vocês, tem filme. Fizemos uma grande exposição no Jardim Botânico e deu uma repercussão muito grande. Nós vamos fazer uma exposição agora, se vocês quiserem ir, seria até uma grande prazer, em abril, em Manaus, depois na SBPC, somos convidados para ter essa exposição na SBPC em São Luís, anual. Então para nós a ideia também da exposição, do mapa, do fascículo, do livro, do boletim informativo, exposições de fotografia, nós começamos a lidar com todos os meios, mas também treinando as pessoas das comunidades, os indígenas, os quilombolas, as quebradeiras de coco a fotografar, a filmar eles mesmos, eles mesmos tomarem o ponto de GPS, porque nós não temos condição de fazer isso. Você pega os mapas nesse período, peço desculpas de não ter trazido os mapas, seria muito importante que na medida que eu estivesse falando estar mostrando os mapas. Porque os mapas

que estão em jogo, o grau de detalhamento dos mapas, de minúcia, de minudência é muitíssimo grande e tudo e aquilo não pode ser obtido por uma equipe como a nossa. Aquilo foi obtido porque tem muitas pessoas dentro dessa rede que são das próprias comunidades que estão ali presentes e que tem um grau de treinamento que lhes permitiu isso. Então nós quebramos também com aquela ideia de que a alta tecnologia só pode ser usada de uma forma restrita. Nós banalizamos também certas formas de conhecimento, trabalhamos com a ideia de divulgação científica, mas sem perder o princípio desse fundamento teórico, e começamos... nós estamos tendo surpresas.

H.A - A gente conversou com uma pessoa aqui de Altamira, Ana Paula da Fundação Viver, Produzir, Preservar e ela estava comentando isso. Ela até citou você, falou: quando vocês conversarem com Alfredo Wagner perguntem para ele, porque essa questão da cartografia ser ligada realmente a uma coisa de opressão, ela citou até o exemplo de Belo Monte, que sentia que tinha muito isso, aqueles mapas com movimento, e deixava as pessoas cada vez mais retraídas, não conseguir reagir aquilo.

A.W. - Exatamente. É, só que nós... esse dado é exatamente isso, quer dizer, nós colocamos nessa mesa de negociação um outro instrumento de conhecimento, e é um conhecimento que ele permite um entendimento muito concreto de uma situação muito concreta. Então a gente corrige até os outros mapas que são feitos com grau de sofisticação muito grande. Isso leva a uma outra forma de embate. Quer dizer, sobre esse ponto de vista, essa ideia da cartografia ela não se confunde com a geografia, de você produzir um instrumento de poder. Você, talvez, esteja produzindo condições de possibilidade para instrumento de contra poder, muitas vezes. Que é os próprios grupos se apropriarem disso, estudarem, discutirem. Por exemplo, você vê o indígena, Sateré-Mawé, que domina ArcGIS, ele domina, eu não domino. Um quilombola como o David Pereira Junior, de Alcântara, e mais três que estão lá, que dominam o ArcGIS perfeitamente. E fizeram e produziram uma peça técnica que uma empresa binacional contratando por licitação os grandes empreendimentos australianos, que são... tirando os ingleses que são os especialistas nessa análise de imagem e tal, eles conseguiram juridicamente derrotá-los, os nossos amigos conseguiram derrotar os membros comunitários. Um trabalho que saiu a custo zero contra trabalhos que custaram algumas centenas de milhares de dólares. Então, eu acho que aí...

L.O. - Ao fazer isso vocês estão transmitindo para outras pessoas equipamento de conhecimento, de produzir conhecimento que é poder sim. O problema é que só algumas

peessoas ou só de alguns lugares detinham isso. É como se você, sei lá, ensinasse as pessoas uma linguagem, a língua que se fala é a língua tal. Aquele grupo não sabe isso, não vai conseguir... Você vai ensinar eles essa linguagem aí e as pessoas vão fazer, isso é muito interessante. Uma coisa que eu não tinha ideia vendo o site ou lendo alguma coisa, esse lado do contato com as empresas, eu não tinha ideia.

A.W. - Contato por contraste.

L.O. - A gente sabe que a Amazônia é um laboratório de tudo que está acontecendo no mundo.

A.W. – Com as grandes ONGs ambientalistas também, dá muito contraste, porque, necessariamente, hoje os campos estão muito divididos, diferente do que foram em tempos passados. Os campos, o que esse ambientalismo verde, o que essa economia verde, como ela vê a floresta, como esses grupos... então você tem divisões... inclusive vou lhes dizer uma coisa, o nosso projeto procura não idealizar muito essa transferência tecnológica, porque as vezes você passa, um computador e a impressora, você imagina, se as vezes as universidades não tem nem dinheiro para repor cartucho, e se entra um vírus desorganiza, nossos próprios computadores as vezes são super expostos a isso, você imagina numa comunidade. Então não podemos idealizar isso, nós temos que ter a visão crítica, porque esse sistema de deixar os equipamentos também nas comunidades, por si só, ele não se revelou eficaz: GPS perdidos, GPS abandonados, até às vezes por falta de dinheiro para comprar seis, oito pilhas. Então, esse tipo, nós nos detivemos a discutir longamente isso. Porque não podíamos sair por aí distribuindo equipamento e achar que a distribuição do equipamento por si só... e esse ponto que vocês estão pontuando de formar as pessoas, ele foi mais forte, tem sido mais forte do que propriamente de passar para as pessoas todos os equipamentos. É claro que em algumas situações nós conseguimos fazer isso, mas não posso te dizer que seja um desenvolvimento absolutamente linear, não é. Ele tem seus altos e baixos e nós temos que lidar com isso.

H.A - Tem um nível de aproveitamento x que talvez não seja muito alto, mas essas pessoas que aproveitam, aproveitam muito bem, pelo visto, os exemplos que você citou.

A.W. - Exatamente. Por outro lado, enquanto forma organizativa, que eu não sei se é isso que Lucia falou quando falou de gestão, nós estamos lidando com formas organizativas diferentes, esse é o problema também. Nós estamos lidando hoje com 200 associações, um pouco mais, mas que tem cada uma forma de se articular diferente. Tem uma que é cooperativa, tem uma que é associação, tem uma que é sindicato, tem uma que se diz movimento, tem uma que se diz grupo, tenha uma que se diz coletivo, tem uma que se diz articulação, então, quer dizer, as



designações são múltiplas. As identidades coletivas, conforme eu disse: seringueiro, indígena, quilombola, também é múltiplo, nós estamos lidando com situações de vieses polifônicas, são múltiplas todo o tempo, são múltiplas. Essa multiplicidade elas nos obriga a ter um cuidado muito grande... por exemplo, até hoje nós não temos o livro de metodologia, não temos o manual. E eu acho que ainda é cedo para você pensar diante da extensão dessa diversidade. Por outro lado, como esse trabalho também é visto? Muitos intérpretes, sociólogos e tudo, eles consideram que esse trabalho é atomizado, ele faculta uma dispersão, ele não congrega, ele não é um trabalho que provoca transformação social. Ele é um trabalho que harmoniza tensões sociais, essa é uma crítica que é muito forte e apoiada em autores assim que acham que as identidades comunitárias constitui um retrocesso no pensamento político. Porque muitas vezes estão apoiado numa ideia de universalização que é mítica também, que é uma narrativa mítica, e você não encontra quando você estuda a história do Brasil ou então a história da Amazônia, você não encontra. Se você pega um texto como diretório de Pombal, você vai ver que a língua portuguesa ela só é língua oficial a partir 1758, e hoje nós temos vários municípios na Amazônia que tem, não sei se é do conhecimento de vocês, outras línguas que estão sendo co-ficializadas dos municípios. Então, São Miguel da Cachoeira tem quatro línguas, além do português...

H.A - São Miguel da Cachoeira é sempre o exemplo...

A.W. - Tem... porque lá teve... tem Baniwa, Nheengatu e tem Tukano. Mas aqui no Espírito Santo também tem, em Santa Fé, tem os pomeranos. Por outro lado também, para vocês terem ideia, esse diretório ele diz qual a língua deve ser falada, proíbe as outras. Então essas línguas foram línguas proibidas. Quer dizer, esse mito que o Brasil miscigenou, tudo é permitido, interação, não teve. Regras de casamento, com Pombal, ele diz quem casa com quem, e quem vai ser e quem vai ser denominado... os negros são denominados negros, os índios são denominados índios, e se você mudar, porque os índios antes eram negros da terra. Se você muda você vai ser punido. Então, ele disciplina como designar, depois disciplina com quem casar, as regras de casamento. Os colonos, não sei se vocês assistiram o filme *Desmundo*, faltava mulheres, você que é historiadora de peso, faltavam mulheres, as regras matrimoniais, então ele estabelece as mulheres indígenas como preferenciais no casamento, não com os homens indígenas, com as mulheres indígenas. Então, corte de gênero dentro da etnia, do ponto de vista do colonizador. Nem a miscigenação falada, que todo mundo casa com todo mundo, não é verdade isso, porque isso foi regrado e tinha chibatadas e penalidades físicas, castigos

corporais, então isso modifica um pouco essa construção da morenidade ou não sei, de outros termos que são usados para dizer que houve uma miscigenação, acho que isso é complicado. Então, acho que esse trabalho também reforça, ele vai fortalecendo, ele abre esse leque. Então ele não tem como enfrentar essas ideias universalizantes, concentracionistas que acham que tem uma ideia de política, quer concentrar todo mundo contra um outro, que é uma ideia mais de estratégia de política, a política estratégica, talvez. Então às vezes escapa, e nós não, nós estamos acompanhando as dispersões.

L.O. - Você falou, uns que questionam se esse projeto vai produzir transformações. Eu escuto você falando e ouço o projeto como transformação, e não... ele é uma transformação, não vai ocasionar, ele é. Porque aí... fazendo o papel do advogado do diabo, esse mapeamento que fundamental para os estados: o censo, o mapa, o museu, vamos dizer, foram importantes na construção dos estados nacionais e na atuação colonialista no mundo. Chega ali, este pedaço aqui está definido, pertence ao Congo Belga, foi feito assim nos processos de independência, também os estados nacionais se apropriaram desses instrumentos e tudo. Porque também, vamos dizer assim, uma diferença, não sei como você lidam com isso, você falou: no caso, construção de processos identitários, então, processo de territorialização. Mas muito bem, porque isso envolvia até pela ideia de soberania, a ideia de fronteira. Quando um estado nacional diz o mapa, para cá, ele está dizendo quem mora desse lado aqui tem que obedecer às leis do lado de cá e eu posso obrar impostos. É disto que se trata. Os brasileiros no Paraguai, os paraguaios, porque é isso, até aqui como você está sob a minha jurisdição eu digo que então me paga imposto, e você que está para aí vai obedecer a outra pessoa. Como esses mapeamentos, vocês estão fazendo, exatamente, não são rígidos, não são fixos, um mesmo espaço territorial pode estar, vamos dizer assim, um mapa pode estar superposto... os quilombolas, ao mesmo tempo é um território de quebra-coco, e, também, em algum momento isto envolve conflito.

A.W. - Seguramente.

L.O. - De quem é que vai fazer essa área aqui, estou inventando, essa área é o quilombola, vamos manter isso porque os nosso ancestrais foram enterrados, mas em compensação, essa área aqui é uma área que vai ser usado para não sei o que, outro grupo que tem lá suas demandas, e aí vocês vão fazer... obviamente que é um conflito político. E estou falando aí conflito político legítimo, não estou dizendo que é uma multinacional... Quer dizer, vocês vão

até onde nessa organização, oferecem os equipamentos para todos eles e fala, agora se entendam, como vocês pensam isso?

A.W. - Bom, os instrumentos são todos patrimonializados na universidade, como eu falei, procedemos a doação. Nós treinamos, emprestamos e vem, porque nós achamos que a manutenção do equipamento nesses lugares é um pouco mais difícil como é na própria universidade. Nós temos universidades na Amazônia, não vou explicitar qual, que tempos outros estão abandonados, também tem um cemitério de artefatos tecnológicos que foram de ponta e que hoje estão abandonados. Como você tem de pequenas indústrias, os [inaudível] óleos vegetais a partir das experiências malogradas da Sudam. Você tem uma arqueologia de superfície, você vai ter arqueologia industrial, arqueologia dessas tecnologias. Então nós não queremos, nós sempre estamos evitando uma glaciação das relações, vamos dizer assim, não estamos querendo que elas fiquem congeladas, não estamos querendo isso. O nosso objetivo... Por isso que está em jogo, para nós, essa percepção... nós achamos que nós não damos respostas, nós podemos ajudar a pensar a situação. Então uma coisa seria a evanescência das identidades, que isso é o que as pessoas mais recusam a ver, e aí ficam com nostalgia de outras formas de classificação e perde a análise concreta de uma situação concreta e os conflitos concretos, perde de vista isso, que é o que o projeto não perde. E não carrega nenhuma pecha de empirismo, porque isso é uma apropriação teórica. Essa maneira, como você bem falou, o projeto traz em si uma relação de pesquisa, que não é tutela, que não é essa exterioridade absoluta, ela é produto de uma reflexibilidade. Nós nos colocamos todo em tempo em jogo refletindo sobre nosso ponto. Então eu acho que aí tem três pontos. Primeiro lugar, essa evanescência das categorias, vou tentar dar um exemplo. Reserva extrativista do Alto Juruá, então todos eram seringueiros que lutaram por essa Resex, lutaram muito por ela. Dois, três anos atrás nós fomos fazer nossa oficina de mapa. Esse trabalho foi feito pela Mariana Pantoja, pelo Terri Aquino. Dois colegas nossos. Terri Aquino é aquele que começou comigo, começamos juntos em 72, estamos juntos nesse projeto. Estamos nos reencontrando. Já no acaso estamos nos reencontrando. E uma coisa curiosa nessa relação que Terri percebe muito bem, com muita propriedade é que a identidade de luta e mobilização foi seringueiro, mas do coração da Resex... uma pena não trazer os mapas, me perdoem por isso, no coração da Resex agora, um grupo se autodefine como indígena, como Contanaua, e diz: nós lutamos pela Resex, nós somos seringueiros, mas agora queremos ser reconhecidos como terra indígena. Então a categoria seringueiro ela ficou marcada por evanescência, ela foi desaparecendo e foi surgindo

outra. O projeto dá conta dessa passagem, *porque ele não fixou*. Mas não é só a evanescência da identidade, é uma evanescência também do instrumento jurídico de reconhecimento, que ele deixa de ser Resex e passa a ser terra indígena. Qual seja, terra da União com uso exclusivo deles. Muda a maneira de se relacionar com os recursos naturais. Quer dizer, o grupo tem um processo de autoconsciência cultural, acho que isso que marca essa primeira década do século 21, isso que dá contemporaneidade desse projeto, é que ele começou a perceber esses movimentos: evanescência de categorias, novas categorias, evanescência de instrumentos, novos instrumentos, e no momento que isso também ocorre de certa forma com o [inaudível] brasileiro e não está sendo percebido. Nós estamos no Congresso Nacional com oito ou nove códigos sendo alterados: código florestal, código de mineração, código de processo civil, código penal, código das águas, código comercial que é de 1850 que é o código comercial brasileiro. Estão todos eles sendo transformados. E no Brasil houve alguma revolução, tem alguma passagem como teve de 85, tem um outro... quem explica essa nova... e se fala numa nova constituição, já se começa a falar, esse partido que foi criado em São Paulo começa a falar sobre uma nova constituição. Então como nós mudamos? Todos os nossos instrumentos... Esses instrumentos que eram para serem mais pétreos, eles estão começam a ser marcados por uma evanescência, e sem que tenha tido uma transformação social. Então quem é que provoca, minha pergunta contra-argumetativa: quem provoca essa mudança? Porque esses códigos estão sendo todos mudados, porque nós estamos pegando as normas centrais, aquelas que disciplinam a relação com o subsolo, as que disciplinam a relação com as florestas, as que disciplinam a relação com o solo, nós temos um processo de reestruturação formal no mercado de terra, jamais visto. Na Amazônia agora, o programa Terra Legal coloca 67 milhões de hectares para serem titulados em dois anos. Quer dizer, se a gente for pensar, o Brasil tem 850 milhões de hectares, nós estamos falando em quase 10% do Brasil em dois anos, coisa que nós não conseguimos com a primeira lei de terra de 1850 até hoje. Então, eu acho que tem alguma coisa que está ocorrendo e que as pessoas estão se apressando a mudar as normas sem que tenha tido transformações... Me perdoe...

L.O. - Me perdoe, o seguinte, se estão pensando em mudar as normas é porque as existentes não estão boas, tem alguém que não está satisfeito com o norma. Então, minha suposição, isso é suposição, não é informação, é que a realidade, as relações sociais, as coisas estão mudando. Porque se não porque você vai mudar a norma se está funcionando?

A.W. - Mas qual é o processo, a nossa pergunta que ficou para nós mesmos, qual o processo social que está indicando uma transformação dessa ordem em toda vida social? O nosso projeto então é uma filigrana...

L.O. - É uma questão teórica importantíssima...

\*<sup>1</sup>, \*<sup>2</sup>, \*<sup>3</sup> o mais próximo do que foi possível ouvir.

#### [FIM DO ARQUIVO I

H.A - Vamos voltar.

A.W. - Bom, então, eu tenho uma visão positiva da Constituição de outubro de 1988 porque ela possibilitou um reconhecimento desses direitos não só desses direitos cidadãos, mas também de direitos territoriais, ela possibilitou isso, e que no Brasil veio a ser reforçado com a ratificação pelo governo passado, em 2002 a 2003, da Convenção 69 da Convenção Internacional do Trabalho, cujo artigo segundo reza que a consciência de si mesmo é o fator mais importante para que o grupo se constitua. Então essa ideia da autodefinição, essa possibilidade da autodefinição, uma autoconsciência cultural, uma identidade coletiva que congregue o grupo, ela permitiu a que cada unidade social nova se construísse na vida cidadã. Eu acho que tem uma diferença muito grande de antes. Por isso eu acho que quem muitas vezes contrapõe... Imagina, “esse projeto provoca uma dispersão, enfraquece a ideia de classe”, eu acho que perde a noção que a ideia de classe está ligada a conflitos concretos e que está ligado a conhecimento concreto de uma situação concreta, perde de vista os processos, como você bem pontuou, perde de vista os processo que estão em jogo na vida social.

L.O. - Só o exemplo que você estava dando, quer dizer, a identidade de seringueiro que teve a ver com a criação, a luta pelas Resex. Agora a identidade indígena no interior...

A.W. - Exatamente, de uma Resex.

L.O. - Vamos supor, e se essas identidades entrassem em conflito por interesses políticos legítimos?

A.W. - Esse projeto também, ele acentua. Você não pode ter uma visão idílica desse conceito de comunidade que está em jogo. A comunidade nem sempre é de relação harmoniosa e equilibrada com a natureza. A tradição não significa equilíbrio. Nós já percebemos inclusive, isso foi percebido no trabalho com os piaçadeiros que dentro da própria unidade social que nós

estamos estudando, piaçadeiros, que são indígenas, que se autodenominam Baré, estou me referindo ao município de Barcelos no Rio Negro, tem um grupo de mais jovens que extrai a piaçava destruindo a possibilidade de reprodução da espécie. Cada vez que eles tiram de um pé, aquele pé não produz mais. E outro grupo que cada vez que extrai ele permite uma reprodutividade, assegura a reprodutividade, assegura a reprodução.

L.O. - Mas nesse caso é fácil a escolha, um mata e outro não mata.

A.W. - Mas tem gente que prefere... mas matar é mais rápido. E você, digamos assim, constitui um montante de recursos mais em curto espaço de tempo. Então todas as duas visões são tradicionais e estão digladiando. Então o tradicional também já tem uma força brigando entre ele. Quando ele passa para o plano identitários, você tem toda razão, essa briga é questão do uso da floresta que houve uma pecuarização na ocupação seringueira.

H.A - Mas como isso aparece representado?

A.W. - O mapa te possibilita perceber, o que eles marcam, o que eles marcam como relevante para o entendimento da vida deles, nos permite descrever isso. Por isso que talvez, essa cartografia, o que nós estamos chamando de cartografia social, seja na verdade, um instrumento da etnografia. Seja um instrumento descritivo que apoia as descrições da tradição antropológica. Eu acho que esse também é uma outra forma. No momento que a própria etnografia estava sendo colocada em cheque, porque havia já um procedimento monótono de descrição. Começa sempre do [inaudível], do quadro natural. Você tem nas teses e determinadas descrições até determinado tempo, você teve uma monotonia na ordem das disposições das partes, e ao fazer isso você começa a ter outras possibilidades interpretativas. E também uma exatidão maior das informações. Que as unidades de medida e os métodos quantitativos eles passam a dialogar de uma forma mais permanente com a descrição etnográfica. Dotando-a também de um certo rigor, sem confundir rigidez com rigor. Mas com um certo rigor. Então acho que teve esse lado também. Agora, quando nós transportamos essa... Quer dizer, as identidades são evanescentes, mudam. São plurais? São. Uma pessoa pode ser quilombola, pode ser quebradeira. Os instrumentos jurídicos mudam de reconhecimento? Sim, pode ser uma terra indígena, Resex. E as designações dos movimentos também mudam. O próprio Conselho Nacional de Seringueiros mudou de nome há três anos, passando adotar na sua designação de movimento a ideia de extrativista, buscando uma abrangência maior. Então, nós notamos mais diante, e temos aqui uma diferença, do final do século 20, das duas últimas décadas, com a ideia do Hobsbawn de novos movimentos sociais, que apoiados em critérios de

raízes locais profundas, emergência de novas identidades, critério de gênero, critérios étnicos raciais, que foram os que mantiveram esse primeiro momento. Agora, surgiram outros, que é justamente... Houve uma transformação desses critérios pelas mobilizações desses grupos, pelas suas experiências, que refletiu na forma do conhecimento erudito sobre essas situações. Nesse sentido nós sofremos mais o efeito de uma ação de um grupo do que produzimos um efeito sobre o próprio grupo estudado. Nós fomos nesse sentido capturados por uma nova dinâmica. Grande número de indígenas na universidade. Eu mesmo sou orientador de uma Kokama, já participei de banca de Tukano, já participei de... Nós temos Sateré na equipe, temos quilombolas. Nós começamos a perceber que tem quadros universitários referidos a essas novas unidades sociais, que passam a refletir sobre elas mesmas. Isso muda, é muito diferente do quadro da sociedade colonial e do quadro da sociedade neoliberal de antes, onde você tinha novos movimentos sociais, você imaginava que aqueles quatro critérios bastassem, agora entrou esse critério do conhecimento. Esse conhecimento de si mesmo. Esse conhecimento que o grupo produz de si próprio, com seus próprios intelectuais.

H.A - Me diga uma coisa, só para juntar isso, e você acha que a presença desses novos representantes desses movimentos todos, a Ford foi importante no apoio para que isso fosse viável?

A.W. - Eu acho que a flexibilidade e a simpatia com que a Ford apoia esses movimentos cercados de novidades, essa capacidade que ela tem de absorver algo que é dissonante, acho que isso foi essencial para esse trabalho. Nós não teríamos conseguido fazer esse trabalho sem o apoio da Fundação Ford e hoje eu tenho isso muito transparentemente na cabeça. E com a visão bem diferente dos anos 60, 70. Porque eu me recordo, ainda no início dos anos 70, nós tínhamos uma visão da Fundação Ford um pouco associada a imperialismo, inclusive na sua expressão cultural. E com o tempo produziu-se um deslocamento. Eu acho que esses 50 anos, são 50 anos que produziram deslocamento, daquela distância ou de certos procedimentos de inspiração colonialista, eles foram marcados também por outras inspirações também, essas inspirações do momento presente. E que em muitos momentos a Fundação Ford ela esposou mais o novo conhecimento científico, uma expressão do Bachelard, mas que se a gente puder usar para outras, um novo conhecimento científico se libertando das ações das agências multilaterais. Eu acho que esse dado, vou tentar ver se eu consigo explicar isso. Por exemplo, a ideia de mapeamento participativo. No momento em que a Fundação Ford nos financiou, nós não praticamos, nós praticamos um mapeamento chamado social, não praticamos um

mapeamento participativo, que era aquele que já estava nos manuais de orientação das agências multilaterais: Banco Mundial, BID, que sugeriam que se faça movimento participativo, entendendo que a participação era o elemento segundo o qual aquelas unidades sociais: comunidades e povos apareceriam através da participação. Nós tentamos chamar atenção que com essa ideia do participativo você poderia estar reeditando novas formas de tutela, que essas grandes ONGs correm o risco de produzir, que as multilaterais corre o risco de produzir, e que o governo produz ou partido político produz uma nova forma de tutela, até nós examinarmos a maneira da sociedade colonial nessas transformações dessa sociedade a partir da sociedade colonial. A tutela sempre foi um instrumento forte. Então, nós entendíamos esse participativo, nós nunca fizemos... Esse livro do Henri [Hasselhad]\*<sup>1</sup> que você tem na mesa, ele estabelece um pouco essa distinção. Os nossos trabalhos não são participativos e nem nós nos escondemos por trás dessa palavra, que ela praticamente alivia você de outras responsabilidades, nós resolvemos enfrentar esse termo. Dizendo que onde estava escrito participativo, poderia correr o risco de ter uma ilusão de participação, de participação ampla, e começamos a provocar. Então a sua questão, para mim, é extremamente pertinente, ela nos devolve a situação da situacionalidade desses mapas, as identidades são situacionais? Sim. Os instrumentos jurídicos o são? Também, mas os mapas também o são. É claro que é difícil falar isso porque as categorias censitárias no Brasil, se a gente for pensar o censo, nós estamos com as mesmas categorias de 1872 que é o primeiro censo. E isso nos traz problemas. Você vê, hoje a Argentina, o recenseamento apresenta mais índices que o Brasil. A gente tem que se preocupar com isso. Acho que o censo da Argentina, o primeiro vem de 1870, Venezuela também, 1870, China que é critério cromático. Hoje no Brasil você só pode ser de cinco cores, entre aspas, é o critério cromático que define as pessoas: ou você é amarelo, ou é preto, ou é branco, ou é pardo, ou é índio, vermelho, não sei. Quer dizer... Isso está durando desde 1872. Nós estamos completando hoje 140 anos desse censo, da vigência dessas categorias censitárias com ligeiras alterações. E as pessoas se recusam a mexer nisso para não corromper uma série histórica, como se a gente não pudesse lidar com as séries históricas com transformações de categorias censitárias. Então eu penso assim, eu sinto da Fundação Ford uma sensibilidade muito grande de apoiar o projeto que também não está comungando com a ideia de participação, com a ideia de tutela, com a ideia de censo e com a ideia de mapa glacializado. Quando nós optamos por um mapa situacional, quer dizer, nesse sentido eu acho que está em jogo o compromisso dos programas da Ford com essas novidades, com essas possibilidades de criatividade. Eu acho que



isso é também um pouco diferente, se nós pudermos, não sei, fazer talvez uma distinção, eu acho que é diferente de situações como Índia ou como China que nos obrigariam a pensar em categorias censitárias que de fato representassem os grupos que se mobilizam na vida social e não aqueles que nós já produzimos pré-classificações e que impomos essas classificações as pessoas. Eu acho que nesse sentido um dado curioso é o dado do IBGE esse ano, nesse último censo, 2010, sobre os índios na cidade. O de Manaus é um fracasso absoluto, contraria todas as estimativas, contraria todos os trabalhos de campo, ele acaba que vai dar menos. Você tem uma força da sociedade também, embora a gente veja com restrição essas quantidades, mas que alguns querem aumentar e outros insistem em diminuir para manter a eficiência de categorias censitárias que estão absolutamente ultrapassadas. Então acho que essa discussão nessa área brasileira é uma discussão difícil, esse projeto toca um pouco nisso. Então acho que há de parte das agências financiadoras, acho que há uma sensibilidade.

L.O. - Você identifica isto principalemtna na Fundação Ford, exclusivamente na Fundação Ford e ou em outras agências também?

A.W. - Atualmente isto está muito difundido. No momento que nós começamos em 2004, 2005 havia um retraimento maior para você bater de frente com essas questões. Nós estávamos saindo do censo de 2000 que foi um censo que mostrou um crescimento da população indígena a 10% ao ano quando a população total cresceu a 3%. Então as pessoas passaram a se dizer... A categoria preto, em 1872 ela foi 19%, quando chegou em 1991, que o Collor mascou um ano no censo, eram 4,2%. Depois disso, 2000, agora está tendo uma elevação pela mobilização. Então, a mobilização política desses grupos, desses povos, comunidades tradicionais, dessas unidades sociais, ela reflete na forma classificatória. Não dá para separar a identidade da política. Ao contrário, uma visão do Rancière, por exemplo. Não dá para separar a identidade da economia, que é a crítica [Canancy Fraser]\*<sup>2</sup> que ela traz e coloca em questão. Nesse sentido, eu sinto que a possibilidade do financiamento dessas pesquisas, possibilitou uma recolocação da discussão. E nós ficamos, agora, numa situação bastante peculiar, porque tudo muda. Inclusive nessa fase do capitalismo globalizado, nesse segundo momento, está em jogo uma reordenação dos espaços e dos territórios, está em jogo. Nós temos territórios da cidadania, reorganização da gestão territorial, nova reestruturação formal do mercado de terras. Nós começamos a ter os territórios recolocados outra vez, fortalecimento do chamado território nacional. Nós começamos a ter isso, isso vem com força outra vez. Em 1879 com o consenso de Washington isso estava sob uma crítica muito grande: “Não, tudo é muito multilateral... os

grandes acordos...” Agora nós estamos vivendo o fim dos grandes acordos. Essa última reunião da Organização Mundial de Comércio, em Genebra, de 15 a 17 de dezembro, ela é prova mais flagrante desse fracasso. É o fim da era dos acordos. Aquilo que era proteção ou conhecimento tradicional, proteção as identidades, proteção a quilombola, agora virou protecionismo. O país tem que ter medidas protecionistas de defesa comercial, medidas de defesa comercial que é a linguagem que o governo está chamando o protecionismo. Então, mudou de proteção para protecionismo. Esses grupos mudaram as suas formas de agir também, mudaram suas estratégias e estão mudando as suas identidades e as suas expectativas de territorialização também estão mudando. Então estamos em jogo, outra vez, com um acelerado processo de privatização de terras públicas e os processos de titulação de quilombolas, absolutamente parados. No atual governo só assinou um e assim mesmo no artigo 4º tem lá uma flexibilização: para atividades minerárias... aí deixa em aberto, voltamos a ideia do código de mineração, está em aberto. Não assinou *um quilombola*, um quilombola. Então isso nos obriga a repensar o que está ocorrendo, o que está ocorrendo no país e como esse projeto se relaciona com esses novos processos e com essas transformações. Eu acho que o projeto Nova Cartografia Social ele está justamente colocado aí. Esse mês para nós, esse mês de janeiro foi um mês de transformações tão intensas, não só grandes despejos, mas também reuniões na Secretaria Geral da Presidência da República sobre a Convenção 69, sobre destino de povos indígenas e quilombolas, esse mês foi um mês bastante atípico para nós. Mas esse mês, curiosamente, é um mês que ele traz, que ele coloca em questão os territórios, ele está colocando em questão os territórios. Nós começamos a perceber como isso está aparecendo. Na expressão cultural, o Brasil é o único país da América do Sul que não tem uma lei para disciplinar os conhecimentos tradicionais. Tem uma medida provisória. Então conhecimentos tradicionais, é tudo definido pelo Cegem, não tem nenhuma lei, tem uma medida provisória. Então você vai discutir amostra, participação de benefício, é uma discussão difícil. Agora, conhecimento tradicional é algo essencial para o entendimento do patrimônio genético e isso a pesquisa está indicando. Nós temos três livros, uma série de quatro seminários pan-amazônicos, com vários países, sobre a discussão sociológica dos conhecimentos tradicionais. Como esse conhecimento do patrimônio genético ele é central hoje para você entender uma região de floresta como o Amazônias ou como a Mata Atlântica, Floresta Atlântica. Então você tem essa discussão. Essa discussão não vem com essa força, mas ela está presente, é uma discussão que está presente, essa dos conhecimentos tradicionais. Com relação ao reconhecimento dos territórios, por mais dificuldade que

tenhamos, por mais dificuldades que nós possamos perceber, tem uma ideia de território... Tem muitas forças que dizem que território é só um no Brasil que é o território nacional. Porque tem também uma reedição de um pensamento geopolítico militar que ele casa com essa ideia do país grande. Então isto está recolado, e aí o mapa é um só. Tanto que as forças armadas tem um projeto de cartografia da Amazônia, não sei se você sabe, só não tem o social e nem o Nova, e criado depois, que leva uma confusão.

L.O. - O Calha Norte é um pouco a fronteira...

A.W. - É, mas o Calha Norte ainda é anterior, o Calha Norte já vem de um outro tempo, de 85. Quer dizer, já vem de um outro momento. Esse projeto de cartografia, também os resultados dele não são muito conhecidos. A gente não conhece os resultados. O Estado também se rearmou nisso.

L.O. - Você falou que nos países de América do Sul estava havendo alta receptividade ao projeto. Em torno da Pan-Amazônia ou...

A.W. - E Argentina. Por exemplo, nós temos...

L.O. - O Paraguai devia estar interessado nisso, não?

A.W. - Só uma vez que discuti um pouco com eles. Mas nós temos a Universidade Central da Venezuela com quem nós temos convênio e tem receptividade grande, temos duas universidades que temos boas relações que é a Universidade de Los Andes e a Universidade Raveriana em Bogotá, que tem uma experiência muito boa também, temos o governo boliviano que foi uma relação boa para discussão e também Peru.

L.O. - Em termos de Amazônia é uma coisa só. A divisão, o território de um país ou de outro...

A.W. - Exatamente.

H.A - Mas essas conversas, você falou que não tem um manual de metodologia, vocês compartilham...

A.W. - Experiências, discussões.

H.A - Mas não chegam a, tipo, fazer experiências in loco?

A.W. - Não. Por exemplo, agora está acontecendo uma coisa incrível, pena também a gente não ter o mapa. Na fronteira com o Peru, eu não sou a melhor pessoa para explicar isso, tem o Meirelles, tem outros que poderiam explicar melhor, na fronteira com o Peru está ocorrendo um grande desmatamento e esse mês de dezembro e janeiro é um mês que o preço da madeira, do mogno, está descendente porque a Europa não compra madeira mais. Nessa crise europeia retraiu, então ela está sendo obrigada a voltar para o mercado interno. Então nessa região da

fronteira do Brasil com o Peru, as madeireiras, serrarias deixam de funcionar a pleno vapor e a atividade que aparece mais lucrativa agora é o ouro. E o ouro [inaudível] na Amazônia ele esgota, no Peru não esgota de todo, então... posso mandar um filme se vocês quiserem, três minutos, que a BBC reproduziu, recente, que é a destruição completa da parte peruana. Qual o efeito principal? Os povos isolados eles deslocam para o Brasil. Então hoje se estima que temos 23 povos isolados, eu não sou a pessoa especialista para falar nisso, mas têm os filmes, vocês podem ver, tem o trabalho do José Carlos Meirelles Junior, Terri Valle de Aquino que vocês podem ver o trabalho dos dois. São trabalhos que eles estão fazendo há 30 anos, fazem sobrevoo porque pela legislação brasileira não pode ter contato físico, eles fazem sobrevoo de helicóptero e vão vendo o tamanho das roças. Então, essa ideia, nós devemos reeditar o livro dos índios isolados, deles. Porque essa ideia, nós também estamos discutindo isso, e tem um mapa nosso que nós já colocamos, começa aparecer outras unidades que antes não existiam. Você imagina que nós estamos discutindo essas alterações todas. Ainda têm povos que deliberadamente não querem entrar em contato com a nossa sociedade, a despeito de roubarem facões, roubarem panelas, não roubam plástico porque se botam no fogo desmancha. Mas essas outras coisas lançam mão. Então esses povos, hoje, das estimativas que desse sobrevoo nesses 30 anos que esses autores têm, eles dizem que esses povos estão aumentando demograficamente, estão com condições de saúde muito boas e estão com [raçados]\*<sup>3</sup> maiores, com áreas de plantio... esse filme se eu pudesse ter trazido seria muito legal, estão com áreas de plantio muito superiores aos seus parentes, entre aspas, Caxinauás, Yaminawa etc. Aquilo que é mais antigo, que é mais primitivo, que é de outros tempos, entre aspas, nessa interpretações evolucionista...

L.O. - Está contemporâneo.

A.W. - Está contemporâneo e se agiganta enquanto expressão, te obriga a conviver com ele. E o fato da gente estar notando isso também, é novamente nós com a categoria tradição, estarmos referidos a um presente chamando atenção para o futuro. Porque o que vai ser dessa parte peruana que está toda ela desmatada, toda destruída? E agora as empresas de petróleo nas prospecções, com as sísmicas que são as explosões, as empresas de gás, mineração... Quer dizer, você começa a ter um conjunto... Esse é um dilema para a sociedade brasileira, não é o dilema do projeto. Essa é uma questão central na sociedade brasileira. Nós vamos via China então? Vamos destruir tudo e rapidamente? Vamos nos apoiar nas commodities minerais, metalúrgicas e agrícolas? Para onde nós vamos? Ou vamos ter uma industrialização? Nós

vamos buscar uma industrialização e combinar com outras formas ou ter uma forma combinada e não ter um monopólio de uma forma?

L.O. - É muito interessante, você fica falando essa coisa da Amazônia. Para mim a Amazônia, seja lá o tamanho que isso tem, é um verdadeiro sítio arqueológico dos povos da terra. Porque você conta, um grupo, uma tribo absolutamente afastada e o outro absolutamente em contato simultâneo, e tudo isso acontece agora.

A.W. - Ao mesmo tempo, isso tudo é do presente. E está nos obrigando a repensar esse futuro. Porque acho que essa é a questão desse projeto da Nova Cartografia. Nós já produzimos 150 fascículos, 150 pequenos mapas e nós estamos também no sul, nós temos feito incursões... Isso também da Ford foi muito interessante, porque nós não temos a mesma flexibilidade com outra fonte de financiamento, se ela diz Amazônia, ela restringe ao bioma Amazônia, a Ford, não. A Ford então nos permitiu trabalhar no nordeste, nós temos uma série sobre os povos indígenas no nordeste, [inaudível] ao Rio São Francisco, temos uma série no planalto meridional, Paraná, em Santa Catarina, com os faxinalenses.

L.O. - Mas o que faz a ponte são os chamados povos originários. Não pode mais chamar de índio, povos originários.

A.W. - Nós estamos chamando de povos de comunidades tradicionais, eles é que começam... Então o projeto se transformou nisso, por exemplo, as paneleiras de Goiabeira, de Vitória (ES), você começa a ter exemplos em que... nós não trabalhamos, nós não vamos a lugar nenhum, nós só vamos se formos solicitados. Nós não procuramos ninguém. Se formos solicitados, nós vamos e temos um portal que as solicitações que chegam são também de países diferentes. Da Argentina é interessante, Buenos Aires é o único lugar que nós já fizemos um fascículo, com os cabo-verdianos em Buenos Aires, que é uma experiência bastante interessante, que nos chamam. E também a dificuldade das pessoas interpretarem negros em alguns desses países como se não tivesse. Como também se imaginava que na Amazônia não tivesse negros. Acho que isso foi também algo bem... essa presença... inclusive o termo era presença negra, presença negra era expressão que se encontra nos textos sociológicos antes dos anos 40 e dos anos 50. Hoje ainda há quem insista na categoria. Mas não percebeu o envelhecimento dessa categoria. E quanto essa região amazônica, isso que o projeto Ford permite refletir, é que sem que esse velho tenha morrido e sem que o novo tenha nascido, que é uma metáfora que os autores praticamente estão usando muito fortemente hoje, tem uma transição que não está sendo muito bem interpretada, não está sendo analisada na sua extensão. Estamos pegando elementos dela,

não temos uma síntese, nosso projeto não tem ainda condição de produzir uma síntese disso. Talvez doravante possa fazê-la, agora não tem condição, para nós é muito difícil produzir uma síntese disso.

L.O. - Você fala: “nós, nosso projeto”, é você e quem mais? Os alunos formados...

A.W. - Não, absolutamente. Tem um número superior a 25 doutores, para vocês terem ideia. Então tem, por exemplo, a profa. Rosa Azevedo Marinho, do Naia, da Universidade Federal do Pará, tem a profa. Cintia Carvalho Martins, que é doutora também, da Universidade Federal do Estado do Maranhão, tem Elciane que também é Barreto, que é também do Maranhão, nós temos Tereza Menezes que é da Universidade Federal do Amazonas, temos Mariana Pantoja que é da Universidade Federal do Acre, temos Marco Teixeira que é da Universidade Federal de Rondônia, Carmem, esqueci o nome completo, que é da Universidade Federal de Roraima, então nós temos um número... No projeto Mapeamento do BNDES, só de bolsistas, nós temos 71 bolsistas regulares, num período de três anos. Na Ford nós devemos ter, se juntarmos... no Pan nós temos sete bolsistas, no projeto do instituto Nova Cartografia Social que era o nosso modelo de tentativa de institucionalização, nós estamos discutindo isso, com as dificuldades, quer dizer, final seria ter o instituto. E nós temos o instituto vigente, mas não temos um reconhecimento institucional pleno dessa ideia de instituto. Nós temos aí mais uns 12, então talvez na somatória, uns 95 pesquisadores e tem os colaboradores. Os colaboradores transcendem a 30.

H.A - Mas na Ford são sete ou esses doze que você citou estão incluídos?

A.W. - Da Ford também e tem os colaboradores que são cerca de 30. Nesse sentido, só da Ford, se você observar, são 200 associações dos projetos Ford: cooperativas, sindicatos, movimentos, articulações, são cerca de 200, mais um pouco. E pesquisadores referidos, desde o início, se a gente considerar todas as universidades, por exemplo, temos a Vania Fialho da Universidade Federal de Pernambuco, temos da Universidade Federal da Bahia é o Franklin Plesma que também é dono de doutorado, no Mato Grosso tem o Antônio João Castrillon Fernandez que é doutor também, temos uma rede em consolidação, que tem esses pesquisadores todos, vamos a 120, talvez. E tudo isso propiciado pela Ford, a Ford que dá o ponta pé inicial nisso em termos de apoio, e cerca de 200 movimentos sociais e assemelhados. Essa é a rede que está em jogo, essa rede, claro, ela tem um núcleo mais movimentado, nós temos participado, por exemplo, Peru, Colômbia, Bolívia, Venezuela. Nós temos uma relação muito grande com pesquisadores e com os movimentos também: com a Coica, com a Opiac, que é Organização dos Povos

Indígenas da Amazônia Colombiana, e na Argentina com as universidades. Nós temos convênio com três universidades públicas, duas universidades públicas em Buenos Aires, na grande Buenos Aires. Nós já realizamos vários seminários da Bacia do Amazonas ao Rio da Prata, novas identidades e problemas. Isso não é novidade em termos geopolítico, não é novidade também em termos de estudos de geógrafos, isso já tem livro desde 1949 sobre isso, mas são formas que nos mostram também as possibilidades de estreitamento dessas relações. Até de você ter a possibilidade de uma universidade transnacional nesse sentido, que ela consiga reproduzir. Mas aí nós temos uma dificuldade de manter um padrão de trabalho científico de padrão. Eu não posso dizer que as nossas autoridades universitárias são as mais propícias apoiar isso, não tem sido assim, infelizmente. E eu falo isso reconhecendo o valor de tantos que ajudam, mas reconhecendo que são estruturas muito arcaizantes e que elas não permitem uma absorção de algo que é novo, há dificuldades. Então, como você mantém um padrão de trabalho científico? Acho que a Ford tem grande sensibilidade nisso. O BNDES começa a se sensibilizar para isso. E nós temos que pensar tudo isso sem imaginar que nós estejamos reduzindo o conhecimento das ciências sociais a um conhecimento aplicado, não é. Ele tem uma flexibilidade embutida nele todo o tempo. Isso não é um conhecimento aplicado, não é um conhecimento militante.

L.O. - Por isso que eu perguntei quem é que de alguma forma fazia esse círculo mais restrito da rede, porque no fundo é ali... você pode até tê-la numa ponta, mas...

A.W. - Nós temos uma coordenação...

L.O. - Mas é importante...

A.W. - Exato, Lucia, nós temos uma coordenação que funciona... tem uma historiadora que é a Rosa Azevedo Marinho, tem uma bióloga ecóloga que é a Érica Nakazone, tem sociólogo que é a Solange Caioso, temos também o Antônio João que eu já mencionei Castrillon Fernandez que é do Mato Grosso, que é da área de desenvolvimento rural, dois antropólogos, Tereza Menezes e eu, Terri Aquino também, temos três antropólogos para discutir isso. Por exemplo, o Franklin Plesma é agrônomo, que vem da antropologia, o Antônio João é agrônomo que vem para a ideia da sociologia, biólogos que vem para ecologia, então, tem também uma equipe que ela percebe de vários ângulos, não sei se poderia ser chamado interdisciplinar. Ela percebe de vários ângulos. E tem um grau de inserção nas universidades, razoável, seja na Universidade Federal do Amazonas, e do Estado do Amazonas, na Universidade do Oeste do Pará, o Fopa que é nova, Na Universidade Federal do Pará, Universidade do Estado do

Maranhão, Universidade Federal do Acre e também de Roraima e Rondônia. Eu acho que dá um outro desenho. Você tem então um desenho quase institucional, que é o desenho da rede, tem o desenho das múltiplas competências acadêmicas que é esse pluridisciplinar e tem esse mundo que é o mundo dos equipamentos, das sedes físicas de projeto que precisam funcionar. Os alunos tem que ter uma referência, um laboratório para treinar, então nós temos que criar isso também. Estamos justamente nessa fase. Começamos com a Ford, a Ford nos possibilitou um financiamento de um primeiro servidor, esse servidor que tem capacidade de 40 teras, ele nos permite um banco de dados bastante forte, manter um site, então e agora com o BNDES talvez vá... talvez não, nós estamos ampliando essa capacidade partindo para outro banco de dados; com preocupação de montar biblioteca, biblioteca digital, ampliar as possibilidades de consulta em várias línguas, temos um colaborador de língua alemão.

L.O. - Eu vi o site de vocês, tem possibilidade de sete línguas. A primeira coisa que eu olhei...

A.W. - Porque nós temos colaboradores de língua alemã, temos uma boa relação com a Freie Universität de Berlim, com a Universidade Livre, nós já fizemos vários seminários juntos, temos uma boa relação com a universidade do Texas e com a Universidade da Flórida, então nós recebemos alunos norte-americanos e alemães, nós temos uma boa relação com a Universidade de Bicocca na Itália, recebemos também alunos, agora estamos recebendo alunas também. Temos boa relação com os laboratórios da Sorbonne, Paris III, também, vêm alunos, alguns já trabalharam conosco.

L.O. - Curiosidade. Alguma coisa com o Canadá?

A.W. - Infelizmente, não. Pois é, nós já tivemos lá a convite o equivalente do CNPq deles, que eu esqueci o nome, mas não temos com uma universidade específica e nem recebemos alunos ainda. África do Sul sim, Itália, França, Espanha, Portugal, norte-americanos, Alemanha, sem dizer os países pan-amazônicos, esses nós temos todas as nacionalidades, tem um trânsito grande. E esse lado aí é também um lado desafiante. Por exemplo, uma coisa que eu insisto muito, essa formação cosmopolita, insisto muito que os alunos vão para outros países, os nossos alunos, insisto muito que os membros dos movimentos sociais, as quebradeiras já foram para os Estados Unidos, Índia, China, representantes delas já foram em várias reuniões desse tipo. E vão sozinhas. Começam a andar pelo mundo que é uma forma... Essa interação, eu entendo, é o lado cosmopolita. Porque todo mundo imagina que esses movimentos são localistas, provincianos; é uma outra maneira de você lidar com essa... desculpe, gente.

L.O. - Se tiver mais alguma questão que você queira...



H.A - A gente falou naquele começo da bolsa que você teve nos anos 70 e você até chamou atenção para ter tido relação com a Ford nos anos 70, depois na primeira década do ano 2000, e acho que seria interessante falar um pouco dessa relação como bolsista e como donatário, digamos. Para além dessa questão imperialista que você estava falando.

L.O. - Pois é, acho que num primeiro momento tinha esse problema, mas o que importa é o que foi feito, importa é o ato, acho que... eu concorri, consegui e me ajudou muito, foi uma oportunidade que eu fiquei vários meses me deslocando junto com aqueles que iam para os garimpos e vivendo naquelas pensões; acho que me ajudou bastante também a perceber esses deslocamentos. Eu tinha vindo de um trabalho chamado Invenção da Migração, que nós produzimos em grupo, Moacir Palmeira coordenou, tinha vindo desse trabalho. Então foi um desdobramento para mim muito bom essa possibilidade dessa bolsa da Ford nesses anos 70. E agora, quando veio essa possibilidade da bolsa da Ford, eu me senti assim quase que impelido a uma distribuição com outros desses... eu não quis que o trabalho ficasse... acho que isso também foi interessante, eu não quis fechar esse trabalho numa equipe, “vamos dividir essas bolsas, esses instrumentos, vamos publicizar o máximo que pudermos, essa possibilidade nossa de obtenção de recurso.” Um movimento um pouco talvez ao contrário que você é impelido em privatizar aquilo que você tem. Eu não, vamos abrir isso de outras maneiras, chamar gente para discutir. Alias, essa segunda etapa de relação de relação com a Fundação Ford começa de um seminário que nós promovemos, que as diferentes pessoas foram colocando. Então quando nós conseguimos o apoio eu já não era mais estudante, não era apoio individual, já tinha um movimento no meio, tinha cooperativa, tinha pesquisador, tinha professor. E nós preferimos sempre trabalhar na universidade pública, foi uma opção também. Nós não escolhemos uma associação voluntária da sociedade civil. Não, nós escolhemos a universidade pública. Uma universidade pública onde nós pudéssemos assegurar reprodução disso que está sendo feito. Conseguimos montar cursos de especialização, posso depois mandar os livros para vocês, nós temos curso de especialização, por exemplo, no Maranhão com número de quilombolas bem pronunciado. Conseguimos fazer um também no Amazonas, dois no Pará. Então nós começamos a enveredar, combinar cursos, oficinas de mapas, ministrando conhecimentos sobre ArcGIS, começamos então a ter múltiplas atividades de formação dentro do projeto e estimulando as pessoas a saírem, esse lado cosmopolita que eu falei, viajarem um pouco. Então, conhecerem os outros países da Pan-Amazônia. “Nós fizemos reunião com 11 indianos, não sei quantos da Pan-Amazônia, e não tinha tradução”, não tinha dinheiro, não paga tradução,

fala e tenta entender. Quer dizer, você começa abrir possibilidades outras dessa relação. “Ah, porque não sabe, não falam...” Não, cria um ambiente para pode falar. Isso vai complicando porque, por exemplo, nós estamos agora com muita relação com a universidade indígena da Colômbia e com a universidade indígena da Venezuela. Então é uma quantidade de línguas em jogo todo o tempo, que não se trabalha fácil isso. Você vê, lá em São Gabriel são 22 línguas e tem gente que fala quase tudo. Então você imagina um estudante desse transformado num quadro técnico de uma gestão. O MEC já tem alguns desses, o MEC já está acionando alguns desses. Nós temos talvez uma nova divisão do trabalho intelectual, eu acho, e uma nova inserção na esfera desse trabalho intelectual, do que constitui esse trabalho intelectual hoje. Nós estamos diante de uma transição também, de uma mudança. Ela não está suficientemente esclarecida, talvez. E essas fontes de financiamento elas vêm justamente... é como se fosse uma cunha nessa nova divisão do trabalho intelectual. Eu vejo a Ford numa cunha. Talvez o visionário venha dessa cunha. Quer dizer, você atentar que tem aqui algo potencialmente novo, algo que potencialmente vai ser transformador.

L.O. - É, é uma aposta. Eles estão sensíveis, estão apostando aqui, acolá, acolá. Daqui a 50 anos vai se olhar e dizer: essa aposta aqui foi... aquela ali foi um equívoco.

A.W. - O que eu acho que é diferente da primeira etapa da Ford, que foi de consolidação de pós-graduações, como no caso do Museu Nacional. Agora, sai um pouco dessa comunidade *savant stricto sensu* e abre outros caminhos que eu não sei exatamente quais são, não sei se isso está no universo do planejamento.

L.O. - Não sei se ela sabe também.

A.W. - É, não sei de isso está no universo do planejamento, se é deliberado ou se é um efeito não controlado da ação de fomento.

L.O. - A Ford sempre teve atenta aos momentos. Os momentos eram diferentes. Então a grande questão era...

H.A - Apostas ousadas em várias áreas.

L.O. - Ajudar a criar uma elite que propiciasse um desenvolvimento, tal, modernização. Se a gente lembrar a revolução verde, a Universidade Federal de Viçosa e seus cursos de agronomia tem a ver com isso. Você pode fazer críticas à linha que foi tomada, mas senso... toda coisa [inaudível] etc, o que era? A análise dizia que as pessoas reproduziam mais do que a alimentação, Malthus estava... Você olha depois, diz: não deveria ser isso. Mas sempre depois das ciências sociais, a capacidade das ciências sociais analisarem as mudanças na sociedade.

Eu acho que com as diferenças ela sempre teve atento a isso. Agora, vamos dizer assim, quais são os desafios de hoje, acho que a gente não sabe antes. Aí tem que ter muito cientista social no sentido de pessoas antenadas, não estou nem... Isso tudo que é que vai definir. A gente só observa o que está acontecendo. “Promove transformações”, eu escuto você falando, essas são as transformações. O que vai ser depois ninguém sabe, mas é fantástico isso tudo que você nós informa, eu acho uma maravilha. Muito obrigada, se tiver alguma coisa que você gostaria de ressaltar e dizer.

A.W. - Queria agradecer a gentileza de vocês me convidarem, depois de ouvirem de uma maneira superpacientes.

H.A - Imagina, uma aula.

L.O. - Se esforçando para aprender.

A.W. - Eu também.

H.A - Obrigada.

A.W. - De nada. Obrigada vocês.

\*<sup>1</sup>, \*<sup>2</sup>, \*<sup>3</sup>: o mais próximo do que foi possível ouvir.

[FIM DO DEPOIMENTO]